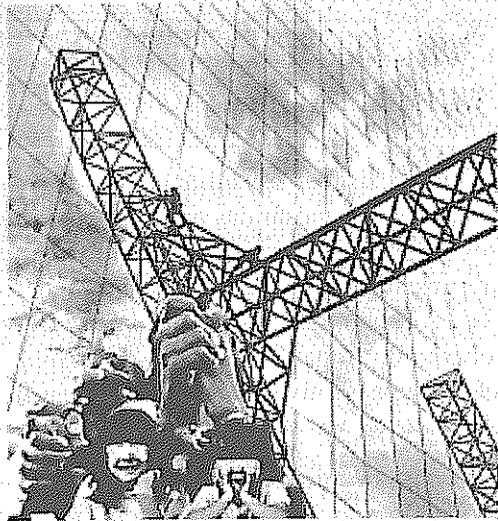


Rosilene Horta Tavares

Greve, Educação e Sindicato Face à Globalização da Economia



Walter Trindade

Mestra em Educação pela FAE-UFMG,
Professora de História da Rede Municipal de
Ensino de Belo Horizonte e Membro da
Diretoria Estadual do Sind-UTE

Assistimos a um estágio do capitalismo marcado por sua espetacular capacidade de expansão por todo o globo terrestre. Nesse movimento, arrasta empecilhos, aglutina possibilidades, devasta interesses e direitos, coopta membros das organizações de esquerda. Vem determinando, também, o inevitável decréscimo do papel do Estado tradicional como coordenador das condições gerais de produção.

Nesse quadro, como pensar a relação entre educação, greve e sindicato? No presente trabalho, pretendemos desenvolver, antes de mais, algumas questões que possam nos auxiliar a aprofundar as nossas reflexões sobre as dificuldades da utilização da greve como uma forma de luta no setor educacional. E, complementarmente, analisar o atual estágio de institucionalização dos sindicatos, trazendo, como exemplificação, o Sind-UTE/MG. Da integração desses elementos, procuraremos apontar algumas proposições para a atuação nesse terreno.

Primeiramente, é preciso analisar o atual estado de refluxo dos movimentos ativos dos trabalhadores, apesar das grandes mobilizações da década de 1980. Estudos diversos constataam que o sindicalismo combativo brasileiro está inserido em uma onda regressiva diante dos mecanismos de reestruturação capitalista com a automação, a robótica, a microeletrônica e as novas modalidades de organização do processo de trabalho, como o *toyotismo*. Isso ocorre ainda que se possa considerar como positivo o saldo de mobilização coordenado pela CUT nos últimos anos.³

É fato que no decorrer dos anos 80 e 90, a reestruturação capitalista vem se caracterizando pela transnacionalização do capital, pela coesão dos capitalistas e, por outro lado, pela fragmentação dos trabalhadores, sua divisão por nações e refluxo dos movimentos autônomos e ativos. Tais condições agravaram a problemática da institucionalização dos sindicatos, em que seu progressivo distanciamento dos trabalhadores em seus locais de trabalho é elemento evidente, na maioria dos casos. Isso é reconhecido pela atual preocupação em criar e/ou dinamizar organizações por local de trabalho.

Exatamente porque o capitalismo sobrevive das relações sociais de lutas travadas em seu interior é que, no decorrer dos anos 80 e início dos anos 90, já se apresenta, também no Brasil, com novos mecanismos de controle sobre as classes trabalhadoras. E, em especial, as novas formas de organização do processo de produção dão a tônica dos novos desafios que os trabalhadores teriam que enfrentar, com os novos padrões de acumulação, novas tecnologias, novas formas de gerência,

em resposta às proposições de relações sociais de tipo novo criadas com as lutas dos anos de 1978 e 1979, que foram assimiladas e devolvidas aos trabalhadores, *refuncionalizadas*⁴.

A escola, no quadro da reestruturação produtiva, como uma das agências de formação da força de trabalho, precisa ser redimensionada para atender às novas formas de qualificação destinadas aos novos sistemas de exploração. Nesse sentido, estão em evidência as reformas governamentais do ensino médio, por exemplo.

Mas os dados nacionais⁵ mostram-nos que há uma política clara de manutenção do quadro que muitos chamam de "abandono", tanto no que diz respeito à formação escolar dos educandos quanto das condições de trabalho dos professores (baixíssimos salários, insuficiência de recursos didáticos, quase ausência de cursos de reciclagem, falta de tempo para preparo das aulas e discussões coletivas, dentre outros).

Mas não se trata de abandono. Houve, em nossa história, uma política continuada e bem pensada de formação da classe trabalhadora segundo as exigências estruturais e conjunturais do capitalismo⁶, em seu processo de ajustamento entre os países mais ou menos industrializados. Em tais determinações, como evidencia BERNARDO (1989:04), "a formação do trabalhador é encarada no mesmo nível que a produção de qualquer outro bem ou serviço."

Quanto ao professor, ele vende a sua força de trabalho em troca de um salário, e, assim, ao não ter o controle sobre o processo de seu trabalho, sobre o processo de produção de futuros trabalhadores, já se encontra privado do fruto de sua atividade ainda antes de começar a trabalhar.

Da crescente proletarização⁷ da categoria, portanto, é que se pode analisar as mais variadas formas individuais, ativas e passivas, de resistência à exploração a que estão submetidos os professores e demais trabalhadores em educação (como as sabotagens, os crescentes pedidos de férias-prêmio, licenças médicas, afastamento sem vencimentos, exonerações, apressamento da aposentadoria, abandono do emprego e as doenças psicológicas, cada vez mais presentes).⁸ Além, é claro, das formas coletivas, ativas ou passivas, como as greves e outras formas de luta.⁹

Com isso, em linhas gerais, apontamos o enquadramento em que, em nosso entendimento, deve-se analisar os problemas relativos às formas de luta, em especial a greve, no setor da educação. Em meio a uma já vasta produção acadêmica sobre

a situação e as lutas dos trabalhadores em educação¹⁰, selecionamos aquelas que, de acordo com nossos objetivos, se referem aos movimentos em Minas Gerais, conforme se verá, a seguir.

História, trabalho e luta na produção acadêmica

Descrevendo o cotidiano da escola, LOPES (1987) buscou acompanhar o que denominou o fermentar das relações de trabalho aí existentes. Ela relaciona trabalho e luta quando coloca frente a frente, em sua análise, os interesses de empregador e empregado,

“tentando não perder de vista o trabalhador enquanto tal e o próprio movimento de transformação de suas práticas políticas (...) e também contemplar estas práticas invisíveis que no cotidiano vão reconstruindo as relações de trabalho, os mecanismos de dominação e resistência”.

Em 1989, outra pesquisa, a de CAVALHEIRO, traz a importante discussão do comportamento da categoria em relação ao grau de sua participação nas mobilizações. Nesse estudo, a autora se debruça sobre a história da organização sindical dos trabalhadores em educação, desde a década de 1950, buscando identificar, reconhecer e captar as idéias, estratégias de sobrevivência e as formas de relacionamento social que caracterizam o tipo de vida das organizações de professores.

Em uma tese de doutorado, realizada em 1992, veremos, com BONACINI, a reconstrução da história do processo de organização política das trabalhadoras em educação do ensino fundamental em Minas Gerais, tendo como marco as greves de 1979 e 1980. A autora procede à análise das relações de trabalho no interior da escola, detectando focos de resistência, daí decorrentes, que serão fundamentais para a eclosão da greve de 1979.

A autora, caracterizando que a luta na forma de greve é uma continuidade daquela desenvolvida no interior das escolas, apresenta a União dos Trabalhadores do Ensino-UTE- como fruto da solidariedade e do movimento grevista inicial. Entretanto, ainda que reconhecendo que a UTE significou um novo marco no movimento de organização das professoras, chama a atenção para o fato de que

“(...) Fundada a UTE e a partir da greve de 1980, os depoimentos sugerem uma relação mais diretiva entre representantes da entidade e professores. Neste sentido,

as representações negativas entre os professores com relação a UTE, estão muito ligadas à contradição vivenciada entre poder e autonomia.(...)As professoras primárias têm uma cultura própria que resiste à padronização e integração, com força para desequilibrar o instituído. A sua resistência e luta no cotidiano de trabalho, contra relações autoritárias impostas pela direção e especialistas, vão se travar também com representantes da entidade, quando o autoritarismo surge na instituição, através da divisão dirigentes/dirigidos." (BONACINI, 1992, pp. 229-30).

Trazendo uma vertente fundamental para a análise da greve como forma de luta, a tese de doutoramento de CAMPOS (1992), por sua vez, tem como objeto as lutas por educação escolar, empreendidas nas grandes cidades, por moradores de bairros periféricos em suas relações com outros sujeitos demandatários da escola pública, no período de 1987-89.

CAMPOS (1992:286) se referirá às greves da categoria dos trabalhadores em educação como parte fundamental no processo de luta pela escola pública em Minas Gerais. Mas, o autor lamenta o fato de que a

"defesa da escola pública e gratuita, da sua melhoria, o mais das vezes não vai além de uma bandeira geral, que não encontra desdobramentos num possível aprofundamento da discussão acerca da problemática educacional. Se efetivada, uma tal prática poderia ter o sentido de reformular propostas comuns para a crise da educação. Há exceções, mas prepondera como que uma instrumentalização [pelo movimento dos trabalhadores em educação] das preocupações manifestadas pela população usuária, em relação à qualidade do ensino aí ministrado".

No ano seguinte, em 1993, FURTADO, em sua tese de mestrado, examina alguns dos temas de mobilização da categoria (como a luta por salários dignos, pela democratização da escola, pela qualidade e transformação da escola) e as estratégias sucessivamente usadas pelo movimento para construir legitimidade para suas reivindicações ao mesmo tempo em que consolida ou reelabora sua identidade.

O autor aponta para o fato de que, durante o processo de institucionalização, há um aprimoramento do trabalho de organização da categoria pelo sindicato, que ao longo do tempo prejudicará - paradoxalmente - a participação da base, sugerindo com isso a existência de um processo de "burocratização". Conclui, também, que na proporção direta do fato de que se torna mais perceptível a presença institucional do sindicato nas campanhas, parece haver um "relativo" esvaziamento do apelo de massa ao movimento.

Um novo trabalho, o de SILVA (1994), analisa a eclosão das lutas sociais, as

questões e instituições emergentes da prática dos trabalhadores em educação, as reformas administrativas em nível federal e estadual, o movimento de ascensão dos intelectuais progressistas ao poder como gestores do Estado em Minas Gerais; e estuda também as medidas “racionalizadoras” relativas à gestão do pessoal da educação, adotadas na segunda metade da década de 80. Com essa pesquisa, procura demonstrar como se processou a assimilação, pelos gestores do Estado, das questões e instituições criadas pelas lutas dos trabalhadores, por meio de reformas administrativas e educacionais que tiveram a função de alterar a organização do trabalho. A esse movimento do capital a autora chama de *refuncionalização*, com a administração dos conflitos sociais.

A essas reflexões sobre as lutas dos trabalhadores em educação em Minas Gerais somou-se a pesquisa que empreendemos¹¹, na qual, entre outras questões, analisamos as formas diferenciadas que as relações sociais assumiram com as greves dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais, nos anos de 1979 e 1993 e, com isso, o alcance que tiveram -também diferenciado- em desafiar os limites impostos pelo capitalismo às lutas dos trabalhadores.

Relacionando aquelas greves, evidenciamos as formas diferenciadas que cada uma delas tomou. A de 1979 criou relações solidárias, coletivas, horizontais; foi uma greve efetivamente controlada pelos trabalhadores em luta, por se sustentar nas formas de resistência nos locais de trabalho. A greve de 1993, perante o declínio da participação ativa dos trabalhadores, e ainda que tivesse criado relações coletivas, foi basicamente impulsionada e controlada pelas direções sindicais.

Não seria esse demasiado rigor de análise? Parece-nos que não, diante das últimas evidências que a realidade imediata tem sugerido. Vejamos o caso logo a seguir.

“E quem vai representar os trabalhadores?”

Esta frase foi pronunciada por um militante de base em uma reunião do último comando de greve (1996) da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Ela dá bem a medida do atual estágio de burocratização da -ou na- gestão dos movimentos organizados, e, assim, do distanciamento dos trabalhadores na condução de suas lutas e dos sindicatos. A indagação foi formulada quando, diante da necessidade de se eleger representantes para uma determinada comissão, indicou-se uma pessoa para representar cada tendência política. Com certeza as tendências ficaram representadas. Mas, e os trabalhadores?

Apesar de tudo o que está dito e feito, sempre houve movimentos de luta contra a

exploração e a opressão. Há registros que mostram que foi no Egito, em Tebas, no ano 2100 a.C., que aconteceu a primeira ação coletiva combinada pelos trabalhadores de interrupção do trabalho pela reivindicação de dois pães suplementares por dia de trabalho. Com isso, a ordem do soberano foi a de enforcamento dos grevistas.

Hoje, contudo, tanto os governos de “direita” quanto os de “centro” e também os “democráticos-populares” -ainda que se diferenciem taticamente- não têm necessidade de aplicar a violência direta. Nesses novos tempos, a sutilidade fica por conta da repressão com o corte de ponto, com a distorção de dados das condições de trabalho na mídia, com o gasto do saldo da exploração do trabalho em propagandas, com a “simbólica” presença policial -bem armada- nas portas dos prédios governamentais. Ações que, sem dúvida, estão no campo da ordem, da segurança e dos direitos do conjunto da população. Em torno desse último argumento, saliente-se, convergem as práticas dos diversos governos, das variadas matizes ideológicas.

Também, por quê o espanto? O capitalismo sempre foi capaz de induzir a reação. Centrou-se não sobre a submissão relativamente suave dos consumidores dos produtos do capitalismo industrial, mas sobretudo na submissão muito mais abrangente, muito mais onerosa, exigida dos seus trabalhadores. É fato que as greves fazem parte da ordem capitalista. E isso não acontece em vão, pois é justamente nas lutas operárias que incide a estratégia de recuperação adotada pelo capitalismo, desde os seus primórdios. Tudo perfeito e indispensável no jogo democrático.

Veja-se, então, que o nosso desafio não é tanto o de realizar uma greve, mas realizar formas de luta que busquem colocar em cheque os limites impostos pelo capitalismo, ou seja, lutas que fujam ao seu controle. As formas de greve efetivamente temidas são as chamadas *selvagens* que, equivalentes à expressão “não-oficiais”, designam tipos de greves feitas pela base da categoria de trabalhadores, contrariando a disciplina sindical e, portanto, fora do controle do capital, como foram as greves do final dos anos 70, no Brasil. Como fazer isso considerando o lugar do “sindicalismo combativo”?

As greves dos final da década de 70, conforme elucida SANTOS (1992), trouxeram profundas alterações tanto no nível das relações sociais de produção como no nível do pensamento sobre as próprias práticas sociais. Em suas lutas, os trabalhadores demonstraram uma outra ordenação possível para o relacionamento

entre os homens. Essa práxis instituidora de novas relações não se restringiu, contudo, à esfera da produção; perpassou também outras instituições: Igreja, partidos políticos, escolas, etc.

De fato, no tempo da greve, o espaço do mundo do trabalho pode transformar-se em um espaço para o surgimento de práticas sociais diversas, transparecendo a rede de sociabilidade e solidariedade tecidas no cotidiano. Desfazendo a cadeia de horários rígidos e cadências alucinantes a greve introduz, em uma existência fatigante e sem trégua, a liberdade do lazer. É, assim, uma transgressão social. Trata-se de novas relações sociais levando a novos objetivos de vida e novos critérios de produção. Caso se expandam as relações solidárias e horizontais criadas em uma greve há a possibilidade da constituição de relações sociais de tipo novo. Isso porque é no processo de luta que os trabalhadores percebem a sua igualdade de explorados, estabelecendo entre si relações coletivistas e solidárias, antagônicas às relações sociais hierarquizadas, individualistas e competitivas do modo de produção capitalista. Mas, em nossas greves, até que ponto as relações que criamos se expandiram, ainda depois de seu término?

No entanto, é aqui que está o passo decisivo dos processos revolucionários. A partir do momento em que se encontra travado o processo de reorganização da sociedade pelas instituições coletivistas e igualitárias que saíram das lutas dos trabalhadores, as virtualidades revolucionárias desse processo esgotam-se, o seu caráter social transforma-se e as suas instituições tornam-se, então, um elemento da reorganização do capital.

E variado é o debate, ainda pouco realizado, sobre as dificuldades presentes no interior de nosso movimento, que reforçam o quadro de refluxo das lutas, conforme sistematizamos a seguir:

- A partidarização das entidades ou a disputa entre as tendências pelo controle dos trabalhadores e de seu movimento são apontadas, por muitas pessoas (em estudos¹² e no cotidiano do trabalho e das mobilizações), como elemento de distanciamento dos trabalhadores das mobilizações convocadas pelos sindicatos.
- A utilização, segundo formulam os trabalhadores na base, do aparelho sindical "como trampolim" para dirigentes sindicais ascenderem a cargos no parlamento ou em governos. E mais: seu conseqüente desligamento dos locais de trabalho.
- A relação cada vez mais diretiva entre representantes do sindicato e os trabalhadores.

· Pode parecer padoxal, mas outro elemento é o do aprimoramento do trabalho de organização da categoria pelo sindicato que tem prejudicado a participação ativa da base, segundo apontam alguns estudos¹³.

· A centralização da categoria, que se dá no nível estadual e nacional. Para muitos professores e militantes, o Congresso e as Assembléias, como instâncias máximas de decisão do sindicato, definem politicamente a organização de cima para baixo¹⁴.

· A decrescente participação ativa dos trabalhadores nas manifestações e greves que, além de sofrer influência da conjuntura, em geral, deve ser atribuída ao processo interno de funcionamento do movimento, com sua falta de objetividade nas reuniões e assembléias, e com o autoritarismo e centralismo de muitos dirigentes. Por exemplo, o número de grevistas é muito maior do que o dos participantes nas manifestações.

· Não parece existir uma preocupação constante e sistemática das lideranças em avaliar o saldo organizativo das greves e as possibilidades concretas delas. As propostas não são enriquecidas pelo debate democrático, segundo se ouve em depoimentos de trabalhadores em educação¹⁵.

Com tudo isso, e mais os limites da socialização do conhecimento e da informação, ficam impostas restrições ao exercício da democracia.

Tais circunstâncias também reforçam, ao provocar o distanciamento direção/base, o privilegiamento de táticas e de mecanismos de negociação mais do que as de crescimento no seio da classe trabalhadora. Os sindicatos progressivamente deixam, com isso, de realizar a devida articulação e integração das relações sociais de tipo novo criadas na luta e que, assim, perdem-se (o mais das vezes).

Além disso, é importante atentar para outro problema. Vêm sendo criadas dificuldades para que os trabalhadores, autonomamente, como em 1979, atinjam um patamar ofensivo. Os capitalistas esforçam-se por desviar os trabalhadores de uma prática própria de classe, orientando-os para o processo eleitoral. Ou seja, com a estratégia reformista de eleição de progressistas e democratas ao governo atribui-se, a seus programas de palanque (ou de trabalho, já no Executivo ou Legislativo), a expectativa de estarem resolvidos os problemas das classes trabalhadoras. O foco das lutas dos trabalhadores, que em 1979 se dirigia ativamente contra a exploração a que estão submetidos no capitalismo, pretendeu-se, com a realização das eleições de 1982 (e com as posteriores), fosse desviado para o processo de integração passiva nos mecanismos de poder. E não só se desviava o

foco das lutas e das atenções, como se procurava cooptar (e há casos concretos nesse sentido) bons militantes da classe trabalhadora para essa prática e ideologia de classe dominante. Instituições criadas num processo de luta ativa contra o sistema reinante convertem-se, assim, em elementos passivos desse mesmo sistema.

Um bom exemplo de ruptura com a lógica capitalista foi dado pelos diretores das escolas municipais, na última greve em Belo Horizonte, a de 1996, quando não cumpriram a determinação do prefeito de antecipar o envio do ponto de fevereiro (para o corte do pagamento). Além disso, em um claro compromisso com a classe trabalhadora, cederam, como empréstimo, parte de seus vencimentos para o Fundo de Greve. É a isso que chamamos aqui de buscar destruir a lógica capitalista. Ou seja, os diretores, com essa política, negaram o seu papel de disciplinadores da força de trabalho. Diante da forte represália de governos, incluindo os democráticos-populares, aos movimentos organizados de resistência à exploração do trabalho, não seria o caso de os ocupantes dos cargos públicos, que tinham uma íntima vinculação com esses movimentos, abandonarem os seus postos?

Conclusão

Em nosso entendimento é somente à autonomia operária, enquanto prática social, que pertence a capacidade de criar relações sociais de tipo novo, que se configurem em antagonismo aberto com as relações sociais existentes atualmente. A autonomia operária expressa-se pela prática da ação direta contra o capital, realizada a partir dos locais de produção -espinha dorsal do capitalismo- conforme expressa BRUNO em seu *Autonomia Operária*. Ao invés de alienar a representantes o direito de intervir, o trabalhador controla e fiscaliza os seus delegados. Trata-se de um processo de luta no qual a classe operária se organiza e se dirige, diferenciando-se das classes dominantes e de suas instituições, das práticas e ideologia da integração e exploração. É uma prática que unifica todas as frentes de luta: econômica, política, ideológica, tendo-se como objetivo final a constituição do socialismo. Com uma prática nesse sentido, por consequência, nega-se a existência de uma vanguarda permanente.

Outro elemento central é que as formas de luta dos trabalhadores em educação assumidas progressivamente nos anos 80 e 90 têm trazido inúmeros problemas no nível das suas organizações, e vêm também colocando em questão a própria realização das greves como formas de luta contra a exploração capitalista. As greves tornaram-se um instrumento de pressão e de expressão pouco eficaz porque

-além do desgaste provocado pela ofensiva capitalista- sua força depende da forma que as relações sociais revestem em uma luta.

Não havendo uma verdadeira ação de base, sem a existência de uma solidariedade ativa de outras categorias profissionais e, no caso dos trabalhadores em educação, sem uma luta sistematicamente conjunta com alunos e pais de alunos, as greves tendem a tornar-se meros elementos acessórios em um processo de negociação e a ser recuperadas pela ordem capitalista.

Diante do desgaste da greve, várias iniciativas de luta que já estão ocorrendo nos locais de trabalho devem ser potencializadas pelos sindicatos e por militantes de base. Para tanto, é necessário, além de bons canais para apreender tais iniciativas, o estabelecimento de uma política sindical clara de apoio, impulsionamento e/ou integração dos vários tipos de resistência certamente presentes nas escolas sem, no entanto, substituir a necessária autocondução dos trabalhadores na socialização de suas experiências entre si.

Uma sistemática e progressiva política de encontros para socialização de experiências de lutas nos locais de trabalho, associada a atividades de formação político-pedagógica e de inter-relacionamento com as comunidades escolares, pode significar uma quantidade de formas de lutas diferenciadas. Somadas, elas poderão redundar em greves e/ou outras formas de luta investidas de grande capacidade inovadora, perante as dificuldades atuais de estabilidade do capitalismo e de recuo das forças revolucionárias.

Segundo nosso pressuposto, ultrapassar os limites impostos pelo capitalismo às lutas passa pela capacidade de se estabelecer uma crítica substancial ao sistema na atividade cotidiana dos trabalhadores, em sua prática pedagógica. É isso o que pode dar certa solidez às rupturas, permitindo que não se percam completamente as relações criadas, os apoios que umas pessoas dão às outras, as redes de solidariedade. Assim, quanto mais sólidas as relações coletivas, quanto mais efetivas forem as rupturas, mais elas ressurgirão em um estágio posterior.

A necessária unidade de classe com as comunidades de trabalhadores que têm seus filhos na escola pública se evidencia, também, como um dos problemas centrais dos trabalhadores em educação, ainda não suficientemente debatido. Como tática, essa política deve atuar no sentido da criação de laços a partir do enfrentamento de problemas comuns que confluam, na ação coletiva direta, para a construção da identidade de novos sujeitos sociais, impondo, com isso, o reconhecimento de sua presença através de pressões que realizem (CAMPOS: 1992). O impulsionamento

de uma ação conjunta nesse sentido se enquadra no que aqui denominamos de crescimento horizontal, ou seja, aquele que se dá no seio da classe trabalhadora, expandindo seu grau de solidariedade interna.

O desgaste da greve e a problemática da relação com a comunidade, levando em consideração o prejuízo que uma greve longa traz aos alunos, nos conduz a propor aqui que as mobilizações estejam baseadas em formas de lutas as mais diversificadas, junto às comunidades escolares (um trabalho progressivo de relações), em um processo amplo, em que a contestação seja visível, com uma greve servindo somente para conjugar todas essas contestações, sendo o cume de todo o movimento. Não se pode esquecer que os professores têm um papel crucial, de se relacionar com futuros produtores e seus pais, o que dá toda a possibilidade de conjugação e interligação de interesses. O que, por outro lado, abre também um processo de luta pedagógica pela transformação da escola, colocando alunos, professores e seus pais em uma mesma trincheira, a de classe.

Também, dentre os nossos principais desafios, está o de se realizar um balanço do “novo sindicalismo”, inserido ainda no quadro corporativista; e uma avaliação da opção que as direções dos movimentos de esquerda vêm fazendo pelo crescimento vertical na sociedade capitalista, enquanto o crescimento horizontal, no seio da classe trabalhadora, perde cada vez mais espaço nas estratégias políticas.

O Sind-UTE/MG, nesse quadro, por exemplo, carrega elementos de burocratização, em meio aos problemas a serem superados pelos trabalhadores. O crescimento do papel institucional do Sind-UTE e a maneira como o sindicato é conduzido, ao mesmo tempo em que há refluxo da participação ativa dos trabalhadores, podem ser observados por um indício concreto: o atual Estatuto do Sind-UTE. Ele mantém muito do conteúdo original do Estatuto da UTE, mas, para o que nos interessa, nesse momento, ele sofreu uma mudança fundamental (feita em Congresso, fator que agrava ainda mais o problema) justamente no item que regula os *princípios* da entidade. No lugar de “com a revogação de mandatos individuais ou coletivos pela maioria dos grupos que os elegeram [os membros da diretoria]”, lê-se agora: “Permitindo-se a revogação de mandatos na forma prevista neste estatuto [em Congresso]”, o que é uma coisa bem distinta do princípio anterior.

O estatuto atual prevê que se pode “Destituir a Diretoria”, tarefa essa, somente, do Congresso da entidade. Em nenhum outro ponto desse estatuto fala-se da incumbência de os eleitores destituírem os eleitos, se necessário. Quanto a um outro item, o *h*, de 1979, lê-se: “Determinando estatutariamente os mandatos não se permitindo o continuísmo nos cargos eletivos”. No estatuto do Sind-UTE, de

1993.
pensa
como
relaci
Em re
elas s
Proce
funda
trabal
Enfat
os pro
os no
nós o
mais
deve
refor
essas
pelo

¹ Tral
agost

² A a
FaE/

³ Ver

⁴ SIL
socia
na co
estru
tenta
socia
orier

⁵ Co

⁶ Ve

⁷ Co
trabi

1993, o item *h* e, também, o conteúdo que tinha em 1979, desapareceram. Importante pensar aqui o fato de que instituições que aparentemente são as mesmas, assim como seus canais de relacionamento, podem ir mudando a forma como esse relacionamento se concretiza, ou seja, a maneira como são usadas as instituições.

Em relação a mudanças substanciais na forma dos movimentos e de sua direção, elas só poderão ser promovidas, a nosso ver, por futuros surtos de lutas de massas. Processo no qual, certamente, os sindicatos deverão ter um papel claro e fundamental, se forem um quadro que sirva à necessária unidade das classes trabalhadoras.

Enfatizamos por fim que, contrariamente aos diversos estudos e posições que situam os problemas dos trabalhadores no campo do Estado de Direito, como tanto gostam os novos apologistas da cidadania - assim, no campo da distribuição econômica - nós os situamos no campo da produção, ou seja, das relações sociais intrínsecas à mais-valia. A concepção política de revolução das relações de trabalho é a que deve ser tomada como estratégia de luta central, submetendo a concepção de reforma das relações de propriedade. Do estabelecimento de uma hierarquia entre essas duas concepções decorrem, portanto, táticas diferentes a serem desenvolvidas pelo movimento dos trabalhadores.

¹ Trabalho apresentado no I CONED (I Congresso Nacional de Educação), Belo Horizonte, julho/agosto, 1996.

² A autora é professora de História da Rede Municipal de Belo Horizonte, Mestra em Educação - FaE/UFMG e membro da Diretoria Estadual do Sind-UTE/MG.

³ Ver ANTUNES (1995).

⁴ SILVA (1994: pp 1-2) conceitua *refuncionalização* como "o mecanismo utilizado pelas instituições sociais do capitalismo de, apesar dos antagonismos entre capital e trabalho, e de sua dinâmica calcada na contradição, tentar recuperar a dissidência, isto é, apreender o que ameaça e contesta a sua estrutura e trazê-lo para dentro do sistema pela via da cooptação. É nesse sentido que se entende a tentativa, por parte dos órgãos estatais e empresariais, de recuperar as lutas e bandeiras dos movimentos sociais e redirecioná-las para seus fins, *refuncionalizando-as*, isto é, distorcendo a sua primitiva orientação e subordinando-as à sua lógica."

⁵ Consultar BARRETO (1991); GATTI et al. (1993), e SANT'ANA JÚNIOR et al. (1994).

⁶ Ver TAVARES (1995).

⁷ Conforme definição de ENGUITA (1990), a "proletarização é o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre seus meios de produção, o



objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade.”

⁸ O que aqui designamos como resistência passiva, OLIVEIRA (1991:108) aponta como outro mecanismo básico (além da resistência) utilizado pelos professores contra a degradação da profissão, que chama de *desistência*. Ela se refere “ao conjunto de atitudes e comportamentos tomados individualmente pelos professores, de forma consciente ou não, em face da política desvalorizadora a que estão submetidos. Trata-se de uma atitude de defesa de “mão-única”, subterrânea, que raramente provoca ato de revide por parte do Estado, porque não coloca em risco suas ações e determinações. Sendo uma reação silenciosa -quase uma rendição- não contribui para o avanço da categoria. Ao contrário, adere ao jogo do seu algoz, o Estado.”

⁹ Segundo BERNARDO (1991), todos os conflitos sociais se inserem em um quadro cujos limites extremos são as formas: individual, coletiva, ativa, passiva.

¹⁰ Veja, no final, a bibliografia nesse sentido. Além disso, pode-se consultar o artigo “A produção acadêmica sobre o professor, o movimento dos professores e a APEOESP”, de Corinta Maria Grisolia Geraldi, da UNICAMP, publicado na *Revista de Educação*, APEOESP, fevereiro de 1996. Nele, a autora fala de todas as produções feitas em São Paulo.

¹¹ TAVARES (1995).

¹² CAVALHEIRO (1989); FURTADO (1993); SILVA (1994); TAVARES (1995).

¹³ Ver FURTADO (1993). Também RODRIGUES (1996), em seu artigo intitulado “O movimento sindical no cenário do neoliberalismo”, na *Revista de Educação*, APEOESP, fevereiro de 1996, diz, ao analisar o processo de institucionalização dos sindicatos criados ou recriados com os grandes movimentos do final da década de 70, que “(...)o esforço mobilizatório vai, ao longo desse processo, cedendo lugar ao esforço organizativo e, mais do que isso, há até mesmo uma certa burocratização dos sindicatos. A relativa perda de dinamismo é quase a contrapartida natural do processo de institucionalização das novas práticas sindicais.”

¹⁴ BONACINI (1992).

¹⁵ BONACINI (1992).

BIBLIOGRAFIA

1. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
2. ARAÚJO, José Prata. *A construção do sindicalismo livre no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto Coleção Sindicalismo, 1993. (edição do autor)
3. BARRETO, Ângela Maria Rabelo Ferreira. Professores do ensino de primeiro grau; quem são onde estão e quanto ganham. *Revista estudos em Avaliação Educacional*, São

Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 3, p. 11-47, jan.-jun.1991.

4. BERNARDO, João. A produção de si mesmo. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, jul. 1989.
5. _____. *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo: Vértice, 1987.
6. _____. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
7. _____. Gestores, Estado e capitalismo de Estado. *Revista Ensaio*, n. 14, jun. 1985.
8. _____. *Reestruturação Capitalista e os desafios para os sindicatos*. Belo Horizonte: Sind-UTE, SINTTEL, SINDIELETRO, FED. DOS METALÚRGICOS, NÚCLEO GESTÃO SINDICAL - CUT, ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO, 1995.
9. BLASS, Leila Maria da Silva. *Estamos em greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: Hucitec/Sind. dos Bancários, 1992.
10. BONACINI, Irma Luiz. *A maior aula em praça pública; trabalho, política e imaginário das professoras primárias em Minas Gerais (1979-1980)*. Campinas: UNICAMP, 1992. (Tese, Doutorado em Educação /História e Filosofia da Educação).
11. BRUNO, Lúcia. *O que é autonomia operária?* São Paulo: Brasiliense, 1982.
12. _____. Gestores: A Prática de uma classe no Vácuo de uma Teoria. In.: _____. SACCARDO, Cleuza (Coords.). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986, p. 115-141.
13. CAMPOS, Rogério Cunha. *Cenas da educação brasileira; lutas sociais e desgoverno nos anos 80 na grande Belo Horizonte*. São Paulo: FaE/USP, 1992. (Tese, Doutorado).
14. CARVALHO, Maria Jurema Venceslau. *O professor estadual: um valor ameaçado; as condições de ensino e a associação da categoria profissional do professor paulista*. São Paulo: PUC/SP, 1981. (Dissertação, Mestrado em Psicologia da Educação).
15. CASTRO, Pedro. *Greve. Fatos e significados*. São Paulo: Ática, 1986.
16. CAVALHEIRO, Hemengarda de Carvalho. *A organização dos professores públicos e a realidade brasileira; uma perspectiva histórica e sindical e dois estudos de caso: APPMG E UTE*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/PUCRS, 1989. (Dissertação, Mestrado).
17. ENGUITA, Fernandez. Reprodução, contradição, estrutura social e atividade humana na educação. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 1, 1990.
18. FURTADO, João Pinto. *Da "União" ao Sind-UTE; a experiência dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais (1979-1993)*. Belo Horizonte: Fafich/

- UFMG, 1993. (Dissertação, Mestrado).
19. FRENTE BRASIL POPULAR PELA CIDADANIA. *Nenhuma criança fora da escola*. Projeto especial de educação para o ensino fundamental. Agosto, 1994.
 20. GATTI, Bernadete A. et al. *Características de professores (as) e da profissão de professor (a) de 1º grau no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1993.
 21. GERALDI, Corinta Maria Grisolia. A produção acadêmica sobre o professor, o movimento dos professores e a APEOESP. *Revista de Educação APEOESP*, São Paulo, nº 8, fev/96.
 22. GUERRA, Cândido. *O fordismo, sua crise e o caso brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, set. 1993.
 23. HIRATA, Helena. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. *Seminários e Eventos*. São Paulo: DIEESE, set. 1994. p. 38-49.
 24. KRUPPA, Sônia Maria Portella. *O movimento de professores em São Paulo/ O sindicalismo no serviço público/ O Estado como patrão*. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação, Mestrado em Educação)
 25. LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-85. In: POMPERMAYER, Malori José (org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais; Emergência e Perspectivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.
 26. LEITE, Márcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
 27. LOPES, Maria dos Anjos. *Do pátio da escola às passeatas na rua*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. (Dissertação, Mestrado em Educação)
 28. MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
 29. MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: *O Capital*. São Paulo: Bertrand, 1989.
 30. NORONHA, Eduardo. A explosão das greves da década de 80. In: BOITO JR. (org.). *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-135.
 31. OLIVEIRA, Marco Antônio de. Em Leôncio Martins Rodrigues, O movimento sindical no cenário do neoliberalismo. *Revista de Educação*, APEOESP, São Paulo, nº 8, fev/96.
 32. RODRIGUES, Leôncio Martins. O movimento sindical no cenário do neoliberalismo. *Revista de Educação*, APEOESP, São Paulo, nº 8, fev/96.
 33. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al. *Brasil: entre o caos e a esperança. Análise da situação educacional brasileira*. Dez. 1994. Texto xerografado.

34. SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param; greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.
35. SANTOS, Oder José. Organização do trabalho docente; uma análise crítica. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, p. 26-30, dez. 1989.
36. _____. *Pedagogia dos conflitos sociais*. São Paulo: Papyrus, 1992.
37. SILVA, Antônio Ozai da. *História das tendências no Brasil: origens, rachas e propostas*. Encarte de jornal.
38. SILVA, Maria Aparecida da. *Administração dos conflitos sociais: as reformas administrativas e educacionais como respostas às questões emergentes da prática social (o caso de Minas Gerais)*. São Paulo: UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado em Educação)
39. TAVARES, Rosilene Horta. *Os trabalhadores em educação e suas formas de luta em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1995. (Dissertação, Mestrado em Educação).
40. UTE. *1979-1987/Um pouco de nossa história*. Belo Horizonte: UTE, mar.1987.
41. VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991.

OUTRAS FONTES

ACERVO DOCUMENTAL DO SIND-UTE.

